

7

7

SETEMBRO 1985

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

CADERNOS DO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CADERNOS DO
DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

Setembro de 1985

N.º 7

Esta publicação pode ser adquirida junto ao

Departamento de Ciência Política, FAFICH/UFMG
Rua Carangola, 288 — 4º andar
30000 Belo Horizonte, MG

ou solicitada pelo Reembolso à

Editora UFMG — CP 1261 — 30000 Belo Horizonte, MG

Cadernos do Departamento de Ciência Política, nº 7 — setembro
1985

Belo Horizonte, DCP/FAFICH

188 p.

1. Teoria Política — Periódico. 2. Política Brasileira —
Periódico. 3. Política Latino-Americana — Periódico.

CDU 32
CDD 320

SUMÁRIO

MUDANÇA POLÍTICA NO BRASIL: ABERTURAS, PERSPECTIVAS E MIRAGENS Fábio Wanderley Reis	11
DESENVOLVIMENTO, IGUALDADE E DEMOCRACIA: OS PROSPECTOS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL Antônio Octávio Cintra e Luís Aureliano Gama de Andrade	37
PARTICIPAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO Mônica Mata Machado de Castro	57
SOCIEDADE E POLÍTICA(S) NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: INTERPRETAÇÕES E (CONTRA) ARGUMENTOS Bernardo Sorj e Malori J. Pompermayer	85
A AUTOCONSTRUÇÃO COMO BASE DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL: ALTERNATIVA OU MITO? Sérgio de Azevedo	103
FENÔMENOS DE MASSA NA SOCIEDADE OLIGARQUICA: O DESPONTAR DA MODERNIDADE EM ARIEL DE RODÓ Antônio Mitre	137
INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E O CONTEXTO LATINO-AMERICANO Celson J. da Silva	155

ESCREVEM NESTE NÚMERO

— ANTÔNIO FERNANDO MITRE

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em História pela Universidade de Columbia

— ANTÔNIO OCTAVIO CINTRA

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pelo MIT

— BERNARDO SORJ

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Sociologia pela Universidade de Manchester

— CELSON JOSÉ DA SILVA

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Heidelberg

— FÁBIO WANDERLEY REIS

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard

— LUÍS AURELIANO GAMA DE ANDRADE

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Michigan

— MALORI JOSÉ POMPERMAYER

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford

— MÔNICA MATA MACHADO DE CASTRO

Professora do Departamento de Ciência Política
Mestre em Ciência Política pela UFMG

— SÉRGIO DE AZEVEDO

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Sociologia pela Universidade de Louvain

PARTICIPAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO*

Mônica Mata Machado de Castro

I — O problema

Uma das questões discutidas e analisadas por aqueles que se interessam pelo comportamento político em geral, ou especialmente pelo comportamento eleitoral, se refere às tendências conformistas ou inconformistas da população ou do eleitorado em certas condições ou circunstâncias de vida.

Neste trabalho gostaria de discutir uma das questões envolvidas na explicação deste comportamento: a relação entre a participação social e política geral e o comportamento eleitoral, especialmente no caso brasileiro recente, quando a opção que se tinha para o voto era entre dois partidos: a ARENA e o MDB. O primeiro, situacionista, ligado a um governo de caráter fechado e restritivo à participação e à representação dos interesses populares, o segundo, partido de oposição ao regime e ao governo, que tratou sempre de representar e mobilizar os interesses dos excluídos e daqueles que desejavam a transformação em direção a formas mais democráticas de convivência. O problema a ser analisado pode ser formulado nos seguintes termos: até que ponto cabe esperar que a organização e a participação política dos setores populares, possivelmente ampliadas, garantam, por si sós e em todas as situações, a formação e a manifestação de um sentimento de crítica

* Este trabalho é extraído de minha tese de Mestrado, «Mobilização e Participação Política», defendida no Departamento de Ciências Políticas da UFMG, em fevereiro de 1981. Quero agradecer às equipes coordenadas pelos professores Bolívar Lamounier e Fábio W. Reis que realizavam a pesquisa cujos dados utilizo, e que me foram cedidos com tanta gentileza. Agradeço especialmente ao prof. Fábio Wanderley Reis, orientador da tese e grande incentivador deste trabalho, pelo tempo que se dispôs a gastar na leitura e elaboração de sugestões, sem as quais este trabalho não teria sido feito. Agradeço também ao Centro de Computação da UFMG pela colaboração prestada.

ao "status quo" e o apoio a partidos de oposição? Em outras palavras, até que ponto a participação em associações ou em movimentos sociais garantiriam o surgimento ou a intensificação do inconformismo político?

No meu entender, esta relação entre participação e oposicionismo é provavelmente verdadeira entre grande parte dos setores populares de trabalhadores organizados dos grandes municípios, especialmente nas capitais dos Estados mais desenvolvidos do país. Estes setores têm, em relação a outras camadas marginalizadas da população urbana, muito maiores chances ou possibilidades de participação social e política, pelo menos eleitoral. Têm de fato maior quantidade de canais de participação abertos e maior facilidade de acesso a estes canais. A própria situação urbana, pela proximidade que cria entre indivíduos da mesma posição social, aumenta as possibilidades de estabelecimento de contatos entre eles, de modo a facilitar a criação e a participação em associações que possam vir a defender alguns de seus interesses, ou mesmo tratar de dar solução a alguns de seus problemas prementes. Por outro lado, a organização e a participação social e política destes setores serão provavelmente mais autônomas, o que possivelmente criará melhores condições para que aqueles que mais participam venham a tomar consciência de seus próprios interesses como distintos dos interesses dominantes. Daí que venham a comportar-se de modo a expressar inconformismo com o sistema vigente: num momento de eleição, votar na oposição.

Aliás, estas últimas proposições são confirmadas por uma série de estudos de comportamento eleitoral.¹ Afirma-se que a participação em associações tem papel conscientizador na medida em que faz aumentar a tendência oposicionista ou inconformista de camadas sociais de posição baixa. Descobriu-se, por exemplo, que a participação em sindicatos, além de influir no aumento da participação política e do interesse político, explica também, em grande parte, o aumento do voto esquerdista ou do inconformismo político, especialmente nas camadas de posição mais baixa na estrutura da sociedade. Neste caso, destaca-se geralmente que a filiação a sindicatos facilita o aumento dos contatos pessoais e das comunicações entre os indivíduos de mesma posição social, intensificando a conscientização política.² Sabe-se também que estas relações entre a participação e o voto oposicionista tendem a ser observadas principalmente em zonas industrializadas e em cidades maiores, onde também há mais possibilidades de intensificação dos contatos

1. S.M. Lipset, *O Homem Político*, R.J., Zahar, 1967, pp 260-61.

2. *Ibid.*, pp 260-61

sociais dentro da própria camada, criando condições para o aparecimento de solidariedade de classe e de comportamento político de oposição.³

No caso do Brasil, esta tendência do eleitorado urbano é provavelmente reforçada pelas possibilidades maiores de formação de uma consciência crítica dos setores populares, dadas as condições favoráveis à organização e à mobilização de seus interesses na situação da chamada "abertura" política. Além disto, os novos partidos que disputam hoje a representação dos sentimentos oposicionistas no país esforçam-se para se vincularem aos distintos movimentos sociais que vêm surgindo ou se reorganizando recentemente.

Ainda assim, podemos encontrar, mesmo nas zonas urbanas, manifestações de conformismo político e voto situacionista de setores das massas populares: provavelmente entre os mais marginalizados e em piores condições de vida, que têm, por isto mesmo, menores chances de participação social e política geral. Estes setores têm de estar permanentemente cuidando de sua sobrevivência cotidiana, e são muito menores suas oportunidades de se dedicarem à atividade política. Muito de seus membros são mesmo excluídos de toda e qualquer participação, mesmo eleitoral, por serem analfabetos ou por não disporem de recursos para atender a toda a burocracia envolvida na obtenção do título de eleitor.

Desta maneira, os setores marginalizados das massas populares urbanas, com todos os obstáculos à participação social e política, dados pela sua própria situação de vida, ou com uma participação restrita e controlada, terão maiores dificuldades para se conscientizarem politicamente. Mais facilmente serão manipulados pelos interesses socialmente dominantes. Não se pode esperar sempre seu inconformismo político expresso no voto oposicionista.

Temos também que acrescentar outro fator de importância fundamental a dificultar, mesmo nas áreas urbanas, ou principalmente nelas, a formação de uma consciência crítica por parte dos setores populares: o constante funcionamento da máquina do Estado no sentido de impedir ou dificultar a sua participação autônoma, o que se dá através de mecanismos diversos. No Brasil, conhecem-se as restrições e as dificuldades impostas à organização autônoma dos interesses populares, o que, aliás, não é característica exclusiva do regime pós-64. É claro que a repressão violenta e o controle firme de qualquer forma de manifestação e de orga-

3. Ursula Schmiederer, «El Comportamiento del Electorado», in Wolfgang Abremdeoth e Kurt Lenk, *Introducción a la Ciencia Política*, Anagrama, 1971.

nização das massas populares no pós-64 dificultaram sua participação ativa e consciente, tendo sido fundamentais para a sustentação do modelo, hoje dominante, de desenvolvimento capitalista com concentração de renda e associado ao capital externo. Mas os setores dominantes no Brasil procuraram sempre garantir, através de mecanismos legais diversos, que a organização das classes populares fosse controlada de cima, pelo próprio aparelho de Estado.

Esta mesma argumentação pode ser utilizada para compreendermos as tendências, também conformistas, dos setores populares nos pequenos municípios do interior. Sabe-se que, no Brasil, o eleitorado das zonas predominantemente rurais vota, em maioria, no partido da situação. Da mesma forma como os setores marginalizados das massas populares urbanas, os trabalhadores rurais também vivem em condições que colocam uma série de obstáculos à sua participação social e política ativa e consciente. Sua tradição conformista, já bastante estudada, conhecida e antiga no Brasil, se baseia fundamentalmente na manutenção da estrutura de desigualdade social, que implica a dependência do eleitorado pobre em relação aos chefes políticos locais e, desta maneira, ao poder central. Através de uma série de mecanismos, entre os quais o controle da maior parte dos recursos tributários, que garantem obras, empregos, etc., o governo federal ainda assegura o situacionismo de grande parte dos chefes políticos locais e a restrição da participação política autônoma dos setores marginalizados da população rural.

Além disto, temos que acrescentar ainda o isolamento em que se vive nos ambientes rurais, que impede o estabelecimento dos contatos necessários a qualquer forma de participação e organização coletiva, na maior parte dos casos. Com menos participação social e política, dificilmente estes setores terão condições de tomar consciência da distinção de seus interesses em relação aos interesses socialmente dominantes. Serão, assim, dependentes dos grupos dominantes, provavelmente submissos em termos de concepções e de comportamento político.

Não é outra, aliás, a conclusão a que chegam pesquisas eleitorais já realizadas no país. Um exemplo claro é o do livro *Os Partidos e o Regime*, organizado por Fábio W. Reis, onde se afirma que nas posições altamente marginais ou periféricas do meio urbano, assim como nas posições sócio-econômicas baixas do meio rural, é mais provável o conformismo político, expresso no voto na ARENA na época, justamente pela "marginalidade subjetiva" resultante destas situações. Nestes dois casos, segundo a conclusão

da pesquisa, a situação sócio-econômica baixa está ligada à desinformação, à deferência e ao conservadorismo político.⁴

Os próprios resultados das eleições no Brasil nos têm mostrado ainda claramente o situacionismo do voto deste eleitorado de posição baixa e marginal ao contexto urbano, em parte originado recentemente de áreas rurais, ao lado do oposicionismo do voto do eleitorado urbano de posição social baixa, mas não marginalizado. Não há nada que nos permita, com segurança, fazer previsão diferente a respeito das tendências do comportamento político destes setores sociais.

Que dizer, no entanto, a respeito do comportamento político dos setores populares de baixo nível de vida dos municípios médios do interior? Será que nestes casos também se observará o situacionismo do voto, característico dos pequenos municípios do interior e dos setores mais marginalizados no contexto urbano? Ou pode-se esperar aí o voto oposicionista característico dos setores populares das capitais e dos grandes municípios? Existem, nos municípios médios, condições para uma participação social e política ativa? Esta se relaciona com uma conscientização política maior e com o inconformismo político? Ou nada disto ocorre?

Gostaria de trazer para discussão alguns dos dados coletados numa pesquisa eleitoral realizada em 1976, referente ao pleito daquele ano em quatro cidades de tamanho médio de quatro estados brasileiros: Juiz de Fora em Minas Gerais, Presidente Prudente em São Paulo, Caxias do Sul no Rio Grande do Sul e Niterói no Rio de Janeiro.⁵

Tomou aqui os dados referentes a dois dos municípios estudados, Juiz de Fora e Presidente Prudente, que apresentam contraste relevante tendo em vista os objetivos da análise. Apesar de ambos poderem ser classificados como municípios de tamanho médio, dentro dos padrões dos municípios brasileiros em geral, são suficientemente diferentes em termos de critérios tais como o grau de industrialização, o tipo de atividade econômica principal e a tradição de participação social e política e de organização da população.⁶

4. Fábio W. Reis, «Conclusão: em busca da lógica do processo eleitoral brasileiro», in Fábio W. Reis (org.), *Os Partidos e o Regime*, São Paulo, 1978, pp. 289 e seguintes.

5. Informações específicas sobre a amostra, o período de aplicação dos questionários, etc. podem ser encontradas em Fábio W. Reis, op. cit. Análise mais aprofundada da parte dos dados por mim analisados encontra-se na tese, também citada.

6. Descrição mais completa das características econômicas e sociais dos dois municípios, assim como de sua história eleitoral, político partidária e associativa pode ser encontrada no livro organizado por Fábio W. Reis, assim como em minha tese, citada.

Juiz de Fora é centro industrial tradicional e antigo, de posição central no Estado de Minas Gerais, com alto grau de urbanização e uma história de forte organização e mobilização da classe operária e de outros setores sociais, que sempre participam intensamente nos sindicatos, associações de tipos diversos e partidos políticos.

Já Presidente Prudente, apesar do grande volume de sua população urbana e de seu dinamismo econômico, é cidade distante dos principais centros paulistas, pouco industrializada, com atividades econômicas principalmente rurais, onde praticamente não se encontram associações autônomas, sindicais e de outra natureza.

Em 1976, a ARENA foi vitoriosa nos dois municípios. Em Presidente Prudente, reduto tradicional do partido do governo, sua vitória foi fácil, embora se possa falar num avanço do partido oposicionista em relação às eleições anteriores. A ARENA obteve então, 4,5 votos contra 1 do MDB para a Prefeitura e 3,6 contra 1 do MDB para a Câmara Municipal; dos 39.856 eleitores do município, a ARENA obteve 82% dos votos válidos para a Prefeitura.⁷ No entanto, dos dois candidatos da ARENA, não foi o velho cacique local o vitorioso. O candidato que ganhou foi aquele que fez propaganda empresarial e modernizante, sem utilizar o nome do próprio partido a que se ligava. Desta maneira, Bolivar Lamounier afirma que, para se entender a vitória do partido do governo em Presidente Prudente, parece ser essencial o fato de que "ao principal candidato arenista se associou uma imagem de dinamismo, competência empresarial e abertura à modernização".⁸

Em Juiz de Fora, o que surpreendeu foi a vitória do partido do governo depois de 10 anos de poder local do MDB. "Do total de 112.664 votos para prefeito, o eleitorado de Juiz de Fora dá 50,7% à ARENA (dos quais 50.505 a Mello Reis, o candidato vitorioso) e 45% ao MDB. A ARENA elege ainda 10 vereadores, contra 9 do MDB".⁹ A vitória da ARENA foi atribuída aí, em grande parte, ao "desgaste de longo prazo sofrido pelo MDB".¹⁰

II — Os dados

Em primeiro lugar, é importante caracterizar a forma como os eleitores dos dois municípios se distribuíram entre os partidos existentes na ocasião: ARENA E MDB. Nas Tabelas I e II, temos

7. Bolivar Lamounier, «Presidente Prudente: o Crescimento da Oposição num Reduto Arenista», in Fábio W. Reis, op. cit., pp 4 e 14.

8. Ibid., p. 88.

9. Fábio W. Reis, «Classe Social e Opção Partidária: As Eleições de 1976 em Juiz de Fora», in Fábio W. Reis (org.), *Os Partidos e o Regime*, São Paulo, 1978, p. 223.

10. Ibid., 279.

as percentagens da distribuição das preferências partidárias dos entrevistados, divididos pela renda familiar (em salários mínimos da época), em Presidente Prudente e Juiz de Fora.¹¹

TABELA I

PRESIDENTE PRUDENTE

Preferência Partidária X Renda Familiar em Salários Mínimos da Época (%)

Pref. Part.	R.F.	Até 1	1 a 2	2 a 4	4 a 8	8 a 12	12 a 20	+ de 20	NS,NR	(N)
		SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM		
ARENA		65	64	62	66	68	65	64	74	(565)
MDB		7	24	15	15	17	12	14	8	(128)
NENHUM		23	10	20	16	12	21	21	15	(144)
NS		5	2	4	2	3	3	—	4	(23)
NR		—	1	—	1	—	—	—	—	(3)
(N)		(43)	(132)	(219)	(207)	(66)	(78)	(42)	(76)	(863)

TABELA II

JUIZ DE FORA

Preferência Partidária X Renda Familiar em Salários Mínimos da Época (%)

Pref. Part.	R.F.	Até 1	1 a 2	2 a 4	4 a 8	8 a 12	12 a 20	+ de 20	NS,NR	(N)
		SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM		
ARENA		26	34	38	48	55	42	55	32	(324)
MDB		46	40	36	23	26	16	29	29	(250)
NENHUM		24	21	23	25	18	38	12	32	(196)
NS		2	4	2	1	2	2	—	4	(17)
NR		2	1	1	2	—	2	5	3	(13)
(N)		(46)	(138)	(193)	(155)	(66)	(55)	(42)	(105)	(800)

11. Para indicar comportamento político só utilizarei neste trabalho os dados que dizem respeito às preferências partidárias; temos também os dados das intenções de voto, mas a preferência partidária é dado mais simples de ser manipulado, como também se mostrou um ótimo predictor de comportamento político.

A análise dos dados mostra claramente as diferenças entre os dois municípios: de modo geral, a tendência oposicionista ou inconformista em Juiz de Fora, que se expressa na preferência pelo MDB, é maior quanto mais baixa a posição do indivíduo na sociedade; já a tendência situacionista ou conformista em Presidente Prudente é expressa na escolha da ARENA em praticamente todas as camadas da população, restringindo-se a preferência pelo MDB quase que somente àqueles grupos que Bolívar Lamounier chamou de "segmentos ilustrados da classe média".¹²

Em Presidente Prudente, a preferência pelo partido do governo em 1976 é maciça. Em torno de 65% dos entrevistados de todos os níveis de renda familiar preferem a ARENA. A percentagem dos que preferem o MDB é pequena e tende a se aproximar ou mesmo a ser menor do que as percentagens dos que não têm preferência partidária. Os que não se identificam com a ARENA se distribuem entre o MDB e nenhuma preferência, quase que igualmente. A escolha da ARENA em Presidente Prudente parece um fato natural, esperado por todos, quase compulsório.

Em Juiz de Fora, fica clara a tendência à divisão sócio-econômica dos entrevistados entre os dois partidos. Pelos dados da tabela, pode-se observar um aumento das preferências pela ARENA de acordo com o aumento da renda familiar. Entre as camadas de renda familiar mais baixa, encontra-se a maior proporção da preferência pela oposição, proporção esta que vai decrescendo à medida que aumenta o nível de renda familiar.

As diferenças entre as distribuições das preferências partidárias nos dois municípios são impressionantes. Tudo leva a crer que esta diferença no comportamento eleitoral pode ser atribuída ao ambiente ou ao contexto social das duas cidades: apesar de serem ambos municípios de porte médio, são bastante distintos, como vimos, no que se refere ao grau de industrialização e de urbanização, assim como à tradição de luta e de organização dos diversos grupos da população. Assim é que, no lado "rural" da amostra, o situacionista é a característica central; no lado "urbano", mais industrializado, aparece a tendência, que se poderia em princípio esperar, ao oposicionismo crescente das camadas sociais de posição baixa na sociedade. A partir destes dados, pode-se confirmar com segurança a importância do contexto social no condicionamento do processo eleitoral e político de modo geral.

Mas o mais interessante é notar o que ocorre quando acrescentamos aos dados a participação em associações. O questionário aplicado na ocasião continha uma série de informações sobre a participação dos eleitores em diversas associações (associação

12. Bolívar Lamounier, op. cit., p. 20.

esportiva ou recreativa, associação de bairro e associação profissional ou sindical).¹³

Neste trabalho, trarei para discussão as relações entre a participação em associações profissionais ou sindicais e as preferências partidárias dos eleitores entrevistados, nos dois municípios. Esta forma de participação em associações é politicamente mais importante, e teve efeitos marcantes e contrastantes nas intenções de voto e nas preferências partidárias dos eleitores.

Nas tabelas III e IV, temos as relações entre a participação em associações profissionais ou sindicais e as preferências partidárias dos eleitores, divididos por níveis de renda familiar distintos, nos dois municípios.

A primeira observação geral que pode ser feita diz respeito ao baixo grau de participação em associações nos dois municípios: as percentagens daqueles que frequentam associação profissional ou sindical são sempre baixas, no máximo 22% da amostra. Isto ocorre nos dois municípios e em todos os níveis de renda familiar, expressando o baixo grau de participação social e política. É importante notar que mesmo em Juiz de Fora, onde existe, como se observou antes, uma tradição de sindicalização e participação política do operariado industrial, a percentagem daqueles que frequentam este tipo de associação é bastante baixa.

Parte deste fato poderia ser entendido levando-se em conta a época em que os dados foram coletados: em 1976, estávamos ainda atravessando no país um período de controle e repressão dos movimentos populares, que só começaram a ressurgir em 1978. Poderíamos supor que muitos dos trabalhadores sindicalizados de Juiz de Fora e mesmo de Presidente Prudente teriam simplesmente se recusado a responder que frequentavam associações sindicais ou profissionais. Poderia ter havido também, de fato, um refluxo real da organização e da participação em associações neste período, especialmente em Juiz de Fora, onde elas existiam antes.

No entanto, tem-se que levar em conta que baixa participação é uma característica geral; não há nada de extraordinário nestes municípios quanto a isso. Pergunta semelhante feita em diversas capitais brasileiras em 1982 também resultou em baixas frequências de respostas positivas: em Belo Horizonte, 25% afirmaram pertencer a sindicatos, em São Paulo 24% e no Rio de Janeiro 22%.¹⁴

13. Perguntou-se ao entrevistado se ele pertencia ou não a associações diversas e, em caso afirmativo, qual a frequência de sua participação nas atividades desta associação. Consideramos neste trabalho somente os casos daqueles que afirmaram frequentar as associações (PART. nas tabelas) em oposição àqueles que responderam afirmando não pertencer a estas associações (N. PART. nas tabelas).

14. Dados da pesquisa eleitoral aplicada na época das eleições de 1982.

TABELA III

PRESIDENTE PRUDENTE

Associação Profissional/Sindical X Pref. Part. X Renda Familiar (%)

R. F.	Até 2 SM		2 a 4 SM		4 a 8 SM		+ de 8 SM		NS	NR
	Assoc.	Part.*	N. Part.*	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.		
ARENA	83	63	74	67	65	54	69	82	75	
MDB	14	19	13	17	15	17	12	9	5	
TOTAL	13	80	11	17	72	19	74	15	8	
(N)	(23)	(140)	(23)	(36)	(148)	(35)	(137)	(11)	(61)	

Pref. Part.

* PART.: Participam; N. PART.: Não Participam

OBSERVAÇÕES

- 1) considerou-se que participam aqueles que afirmaram frequentar associações profissionais ou sindicais e que não participam aqueles que afirmaram não pertencer a este tipo de associação. O mesmo nas tabelas a seguir.
- 2) não se considerou os casos daqueles que afirmaram pertencer a associações mas não as frequentam, bem como os casos de não resposta à questão; o mesmo nas tabelas a seguir.
- 3) na distribuição das preferências partidárias o complemento das percentagens inclui os casos de nenhuma preferência partidária e de não resposta a questão.

TABELA IV

JUIZ DE FORA

Associação Prof./Sindical X Avaliação dos serviços públicos locais X Renda Familiar (%)

R. F.	Até 2 SM		2 a 4 SM		4 a 8 SM		+ de 8 SM		NS	NR
	Assoc.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.		
ARENA	24	34	28	40	50	52	48	44	31	
MDB	53	41	41	36	24	18	25	44	26	
TOTAL	9	85	19	79	22	20	74	9	89	
(N)	(17)	(157)	(32)	(152)	(34)	(33)	(120)	(9)	(93)	

Pref. Part.

Mesmo assim, pode-se observar, em Juiz de Fora e em Presidente Prudente, uma variação social da participação: a tendência a que os indivíduos de níveis baixos de renda familiar (até 4 salários mínimos mensais) freqüentem menos associações profissionais ou sindicais que os de níveis altos de renda familiar. Embora as diferenças percentuais não sejam tão grandes, os dados reforçam uma observação anterior: existem obstáculos maiores à participação e à organização social e política dos setores de baixa posição na estrutura social; também nestes termos pode-se constatar a desigualdade social. Aqueles setores que teriam maior necessidade de se organizarem e participarem politicamente, porque têm seus interesses mais prejudicados pelo funcionamento do sistema, são justamente os que menos o fazem.

Mas de interesse central é mesmo observar como variam as preferências partidárias, introduzindo-se na análise a participação em associações profissionais ou sindicais.

Em Presidente Prudente, nos níveis de renda familiar baixos, ocorre justamente o inverso daquilo que seria de se esperar se a participação tivesse aí efeitos "conscientizantes": entre os que participam de associação sindical ou profissional, há maiores proporções de arenistas; o situacionismo é reforçado justamente aí. Observando-se a Tabela III, pode-se constatar esta proporção maior de arenistas entre os que participam, em relação aos que não pertencem a associação, nos níveis inferiores da renda familiar; há ainda, neste caso, menor proporção de apoio ao MDB. É somente no nível de renda familiar alto que a participação em associação profissional ou sindical tem efeito distinto: aumenta um pouco a proporção de emedebistas e diminui, entre os que participam, a preferência pela ARENA. Por incrível que pareça, em Presidente Prudente é somente entre os setores de renda familiar alta, onde seria de se esperar a preferência pela ARENA, que a participação neste tipo de associação faz aumentar a preferência pelo MDB, isto é, a oposição ao regime; onde existiria mais razão para o surgimento do apoio ao MDB, isto é, nas camadas de renda baixa, o que ocorre é o contrário: um situacionismo extremado.

Em Juiz de Fora, no entanto, isto não ocorre; aí a participação funciona como um mecanismo através do qual se intensifica e oposicionismo dos setores populares. Entre os setores de renda familiar baixa, a participação provoca diminuição do apoio à ARENA e aumento da preferência pelo MDB, enquanto que nos níveis de renda altos, embora as diferenças diminuam, ocorre o contrário, isto é, menor oposicionismo, como seria de se esperar.

Os dados mostram um contraste marcante entre os dois municípios. Em Presidente Prudente, reduto da ARENA, a situação é tal que a participação em associações, ao invés de ser uma oportu-

nidade através da qual as camadas sociais de posição baixa adquiram um mínimo de consciência de seus próprios interesses como distintos dos interesses dominantes, funciona como um mecanismo justamente de manutenção da subordinação destes setores, reforçando sua tendência situacionista. A participação em associações funciona no sentido de manter e até de reforçar o ambiente arenista da cidade. Em Juiz de Fora, ao contrário, podemos falar no papel conscientizador que a participação em associação profissional ou sindical pode ter: aí, sim, a participação implica mais oposicionismo.

Conclui-se que a participação, como aqui indicado, tem efeitos importantes; mas estes dependem do caráter do município. Onde há oposicionismo, a participação tem maiores possibilidades de funcionar como um fator a reforçar esta tendência; onde o ambiente é situacionista, a participação, ao invés de reverter esta tendência, funciona como um mecanismo adicional para fortalecê-la.

O leitor poderia colocar reservas a estas interpretações: poderia afirmar que a análise dos efeitos da participação sobre as preferências partidárias ou sobre o voto é insuficiente para deduzir conclusões que dizem respeito à consciência mais ou menos crítica dos eleitores. Poderia afirmar, por exemplo, que o conformismo dos setores de posição baixa em Presidente Prudente, expresso pelo apoio maciço ao partido do governo, seria resultado, não da crença de fato nas suas propostas ou do apoio irrestrito às formas de atuação deste partido, mas sim da percepção clara da única alternativa viável, dadas as circunstâncias de vida da maioria marginalizada. A situação de vida destes setores seria tão precária e dependente que, apesar de terem objetivamente mais razões para se colocarem na oposição ao sistema que os subordina, seriam levados ao conformismo, ao apoio ao partido do poder, quase forçados pelas circunstâncias; perceberiam que a única alternativa através da qual parte de seus problemas individuais poderiam ter alguma chance de serem resolvidos seria a do apoio ao partido no poder, o único com recursos suficientes para dar-lhes solução.

O leitor pode ter razão. Veja-se que soluções deste tipo são incentivadas pelo próprio sistema, que favorece, na maioria das vezes, aqueles que apóiam o partido do governo, os correligionários. Sabe-se bem, como já destaquei atrás, que, seguindo práticas já antigas na política brasileira, os governos estaduais e federal costumam privilegiar, em situações de crises ou calamidades, somente aqueles municípios onde seu partido está no poder. Quem apóia o partido do governo tem, objetivamente, maiores chances de conseguir favores, de resolver algum problema pessoal, mesmo que sejam somente os imediatos.

Desta maneira, poder-se-ia supor que os setores de posição sócio-econômica baixa, mesmo tendo opiniões contrárias, em muitos casos, ao regime, ou ao sistema como um todo, acabariam apoiando o partido do governo. Neste caso, quando participassem de alguma associação profissional ou sindical, apesar de terem intensificado seu situacionismo, nem por isto teriam também opiniões politicamente conservadoras, ou avaliações positivas a respeito da política governamental.

Situações como esta provavelmente existem e são importantes para a manutenção do conformismo dos setores populares em muitas circunstâncias, fundamentalmente nos municípios menores e pobres do interior. É fato que ainda continua a existir no país o voto controlado, manipulado, "de cabresto", que provavelmente tem pouco a ver com opiniões e avaliações que os eleitores, principalmente os de menor renda familiar, possam ter sobre questões diversas. Mas seria este o caso de Presidente Prudente?

Antes de responder a esta pergunta, reservas em relação à interpretação dos dados de Juiz de Fora podem também ser colocadas. Neste caso, pode-se questionar a afirmação anterior de que um sentimento inconformista e crítico do eleitorado teria aí se expressado no apoio ao MDB. Poder-se-ia afirmar, por exemplo, que o apoio ao MDB, apesar de ser o comportamento mais esperado dos setores de posição sócio-econômica baixa, estaria pouco relacionado a opiniões compatíveis com as propostas e programas da oposição, ou a avaliações desfavoráveis ao sistema e às políticas governamentais. Poder-se-ia supor que a participação em associações não necessariamente se relacionaria com opiniões desfavoráveis ao sistema ou ao regime, embora intensifique o apoio à oposição. O voto no MDB em Juiz de Fora não seria, neste sentido, expressão de maior consciência da própria situação e do posicionamento explícito e claro contra o sistema como um todo. Não seria expressão de um comportamento ideologicamente orientado por opiniões conscientemente assumidas pelos eleitores, informados das posições dos candidatos e partidos quanto a problemas distintos. O voto poderia estar relacionado a fatores tais como amizade, ligações pessoais, ou expressar somente um sentimento oposicionista forte, mas pouco relacionado a questões mais complexas envolvidas no debate político. Sabe-se, por uma série de estudos, inclusive pelas análises já realizadas com os dados desta pesquisa, que a opção pelo MDB, mesmo em cidades grandes, não representou sempre uma escolha baseada em informações precisas sobre a atuação do partido, ou em opiniões consistentemente anti-regime; em muitos casos, foi uma opção de caráter bastante difuso e simbólico.

Até que ponto as objeções acima têm sentido?

É fato que nos dois municípios não há, em todos os casos, uma relação clara entre opiniões e avaliações, de um lado, e preferências partidárias, de outro, o que poderia estar de acordo com elas: nem o voto situacionista de Presidente Prudente se relacionaria sempre com opiniões favoráveis ao sistema, nem o voto oposicionista de Juiz de Fora com avaliações consistentemente anti-regime, embora não se possa negar, neste último caso, uma tendência geral neste sentido.¹⁵

Mas o que ocorre quando acrescentamos a participação em associações profissionais e sindicais na análise das relações entre opiniões e preferências partidárias? Entre aqueles que participam pode-se constatar uma relação mais consistente entre estas variáveis?

Já se sabe que a participação em associações faz variar as preferências partidárias, intensificando o situacionismo dos setores de posição sócio-econômica baixa de Presidente Prudente e o oposicionismo destes setores em Juiz de Fora. Se esta mesma participação não provocar nenhuma variação consistente nas opiniões e avaliações dos indivíduos, as objeções acima serão reforçadas pelos dados. Mas se isto não ocorrer, ou melhor, se, ao contrário, a participação em associações profissionais ou sindicais reforçar o posicionamento anti-regime em Juiz de Fora e o conservadorismo em Presidente Prudente, outras conclusões, adiantadas atrás, serão as que melhor se sustentam.

O segundo caso é, como veremos a seguir, o que se comprova pelos dados.¹⁶ O questionário aplicado em 1976 continha informações a respeito de uma série bastante extensa de opiniões dos eleitores sobre diversas questões e avaliações relativas a itens distintos. Selecionou-se somente alguns, no sentido de exemplificar as tendências de variação mais expressivas.¹⁷ Eles mostram diferenças interessantes, que são importantes para a discussão proposta aqui.

15. Para análise destes dados ver Fábio W. Reis, op. cit., pp. 237 e seguintes.

16. Uma análise mais apurada das hipóteses acima, exigiria que tivéssemos, na mesma tabela, os cruzamentos de preferência partidária, opiniões, participação em associação e renda familiar. Isto não foi feito porque o número de casos em cada ponto da tabela seria tão pequeno que a análise teria pouco significado. As conclusões serão tiradas em cruzamentos separados.

17. Para uma análise mais completa de todas as opiniões e avaliações ver minha tese, já citada e Fábio W. Reis, op. cit.

TABELA V

PRESIDENTE PRUDENTE

Associação Prof./Sindical X Avaliação dos serviços públicos locais X Renda Familiar (%)

R. F.	Até 2 SM		2 a 4 SM		4 a 8 SM		+ de 8 SM		NS, NR	
	Assoc.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	N. Part.
Aval. Conservação de ruas	Ótimo	35	17	20	42	18	14	19	18	26
	Regular	48	35	39	33	43	54	40	73	33
	Mau	4	32	33	19	38	29	38	9	30
	Não há	13	16	8	6	2	—	3	—	10
Escola Primária	Ótimo	65	49	65	49	61	54	58	55	46
	Regular	26	33	30	33	28	29	29	27	31
	Mau	4	1	—	3	1	3	2	9	5
	Não há	—	7	4	2	—	—	2	—	3
Transporte Coletivo	Ótimo	57	44	65	51	64	40	55	55	46
	Regular	30	27	17	33	33	43	31	27	28
	Mau	—	1	4	8	—	6	4	9	7
	Não há	13	24	13	5	—	6	3	—	12
Atendimento médico	Ótimo	44	23	30	28	29	37	33	36	33
	Regular	13	16	30	26	14	23	28	27	33
	Mau	4	4	13	5	8	14	6	—	3
	Não há	35	54	26	38	28	23	24	36	30

Obs.: Não se considerou na tabela os casos daqueles que pertencem a associações mas não as frequentam (muito poucos) e os casos de não resposta às questões de avaliação e de pertencimento a associações.

TABELA VI

JUIZ DE FORA

Assoc. Prof./Sindicais X Avaliação dos servidores públicos locais X Renda Familiar (%)

R. F.	Até 2 SM		2 a 4 SM		4 a 8 SM		+ de 8 SM		NS, NR	
	Assoc.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	N. Part.
Aval. Conservação de ruas	Ótimo	6	15	3	13	12	17	9	8	11
	Regular	41	28	47	30	32	41	54	42	52
	Mau	53	45	41	47	47	38	36	40	33
	Não há	—	11	9	10	9	5	—	8	11
Escola primária	Ótimo	35	33	25	32	18	28	30	20	17
	Regular	53	48	59	57	50	53	42	57	53
	Mau	—	5	6	4	15	5	6	2	2
	Não há	12	5	6	3	9	5	6	7	10
Transporte coletivo	Ótimo	24	21	25	25	18	28	27	24	17
	Regular	53	48	47	47	47	49	52	53	56
	Mau	24	24	25	21	32	14	12	19	18
	Não há	—	3	9	6	—	4	—	3	4
Atendimento médico	Ótimo	—	12	13	11	15	14	15	11	22
	Regular	29	19	22	26	24	24	52	36	34
	Mau	—	7	9	9	6	7	3	4	2
	Não há	65	51	56	49	48	46	21	37	22

Obs.: Não se considerou na tabela os casos daqueles que pertencem a associações mas não as frequentam (muito poucos) e os casos de não resposta às questões de avaliação e de pertencimento a associações.

Um primeiro exemplo se tem nos dados da tabela V e VI, onde se observa o resultado do cruzamento entre alguns itens de avaliação dos serviços públicos locais (conservação de ruas, escola primária, transporte coletivo, atendimento médico) e a participação em associações profissionais ou sindicais, com controle da renda familiar, nos dois municípios.¹⁸ Analisando somente as diferenças nas avaliações entre os que freqüentam e os que não pertencem a associações, nos dois municípios, podemos notar que a participação tem conseqüências nas avaliações feitas pelos entrevistados.¹⁹

Em Presidente Prudente, as tendências são, em geral, bastante claras: entre as camadas de renda familiar baixa, os que freqüentam associações profissionais ou sindicais têm uma avaliação muito mais positiva a respeito dos serviços locais do que os que não frequentam; crescem muito as proporções de entrevistados que avaliam estes serviços como ótimos, diminuindo as proporções de avaliações negativas, ou mesmo as proporções de respostas que poderiam expressar uma avaliação mais claramente objetiva, como a alternativa "não há tal serviço no bairro". Entre as camadas de maior renda familiar em Presidente Prudente, as diferenças são, em geral, menores e variam de item para item.

Em Juiz de Fora, as diferenças quanto a estes mesmos quatro itens são menores, mostrando-nos menor influência da participação em associações profissionais ou sindicais nas avaliações sobre os serviços públicos locais. Há especialmente um caso em que esta relação existe: a avaliação do atendimento médico tende a ser negativa entre os setores de renda familiar baixa que participam de associação profissional ou sindical. A relação entre esta avaliação, a preferência partidária e o voto foi analisada extensamente por Fábio W. Reis, que concluiu ter sido a assistência médica uma questão de importância na definição do voto dos setores de baixa renda nas eleições de 1976 em Juiz de Fora.²⁰ Aqui se descobre que esta relação é particularmente marcante entre os que

18. Perguntava-se ao entrevistado: «Qual a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro? Por exemplo, o Senhor acha que a conservação das ruas (o atendimento de escola primária, o transporte coletivo, etc.) é muito bom, bom, mau ou não há». Selecionamos aqui os casos em que a variação das respostas era maior.

19. É possível explorar outras relações em torno da questão das opiniões, como a distribuição social das proporções de respostas pró ou anti-sistema, em cada município, ou as diferenças entre os tipos de opiniões e avaliações. Acredito, no entanto, que elas já foram suficientemente exploradas nas análises destes mesmos dados feitos nos trabalhos citados, e fogem à intenção deste ensaio.

20. Fábio W. Reis, op. cit., pp 253 e seguintes.

freqüentavam associação profissional ou sindical, o que mostra, novamente, a importância da questão da participação na análise do comportamento político. Também quanto à conservação de ruas, as avaliações dos setores de baixa renda de Juiz de Fora são mais negativas quando participam. Nos outros casos, a variação é pequena, não indicando uma tendência nítida. Nestes casos, é importante lembrar que, em Juiz de Fora, a prefeitura, órgão público responsável pela maioria dos serviços públicos locais, era controlada pelo MDB. Não caberia necessariamente esperar que setores oposicionistas criticassem a atuação justamente do partido com o qual se identificavam, antes pelo contrário. A avaliação negativa pode indicar em alguns casos um juízo de fato, talvez mais bem informado, do funcionamento dos serviços públicos locais. Afinal, é sabido que serviços como conservação de ruas são melhor resolvidos nas regiões mais ricas e centrais das cidades, onde há também concentração maior dos setores de renda alta.

Outro exemplo das conseqüências da participação nas opiniões dos eleitores dos dois municípios encontra-se nas Tabelas VII e VIII. Nelas temos o resultado dos cruzamentos entre os itens que se referem especificamente às opiniões políticas e à participação em associação profissional ou sindical, controlando-se a renda familiar. Perguntava-se ao entrevistado se ele achava que a participação dos militares no governo ainda era necessária ou se eles deveriam deixar o governo; se concordava com a inutilidade dos partidos políticos ou se achava que os partidos prestam serviços ao povo e ao país; se julgava que o mais importante é o governo ser eleito ou ser eficiente; se era a favor do voto direto ou indireto; se achava que o povo não tem capacidade para votar ou se acreditava que o povo sabe o que está fazendo quando vota; se concordava com a extensão do direito de voto aos analfabetos ou era favorável à manutenção da situação atual.

Observando os dados, podem-se notar alguns padrões básicos na variação das proporções de respostas nos dois municípios. Existem, em primeiro lugar, alguns itens em que a maioria dos entrevistados têm opiniões que, pode-se dizer, seriam críticas em relação ao "status quo": são a favor do voto direto em maior proporção que do indireto, acreditam que o povo tem capacidade para votar e afirmam que os partidos políticos prestam serviços ao povo e ao país.

No entanto, quando há participação em associações profissionais ou sindicais, em Presidente Prudente não se intensifica esta posição, como se dá em Juiz de Fora. Nas camadas de renda familiar baixa de Presidente Prudente, os que freqüentam associação acreditam, mais que os que não pertencem a elas, que o voto deve ser indireto, que o povo não sabe votar e que os partidos

TABELA VII

PRESIDENTE PRUDENTE

Associações prof./Sindicais X Opiniões Políticas X Renda Familiar (%)

R. F.	Até 2 SM		2 a 4 SM		4 a 8 SM		+ de 8 SM		NS, NR
	Assoc. Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	
Opiniões									
Participação	9	14	9	15	19	18	29	20	18
Deixar									
É necessária	87	61	87	68	78	70	57	66	61
Inúteis	35	20	35	22	31	26	20	18	11
Partidos									
Prestam									
Serviços	48	59	61	64	67	63	77	73	69
Governo	13	12	26	17	—	13	23	17	18
Deve ser									
Eficiente	87	76	70	72	92	82	74	72	67
Voto									
Direto	65	66	70	64	53	60	66	53	64
Indireto	30	14	30	20	42	30	29	42	18
Capacidade	30	24	57	35	58	44	46	52	30
do povo									
para votar									
Sabe	57	64	44	62	42	51	51	39	54
Voto do									
Amalfabeto	17	31	39	35	50	45	57	58	36
A favor	83	64	61	63	47	52	40	39	57

OBS.: Não se considerou na tabela os casos daqueles que pertencem a associações mas não as frequentam (poucos casos) e das não respondidas às opiniões e ao pertencimento a associação.

TABELA VIII

JUIZ DE FORA

Associações prof./Sindicais X Opiniões Políticas X Renda Familiar (%)

R. F.	Até 2 SM		2 a 4 SM		4 a 8 SM		+ de 8 SM		NS, NR
	Assoc. Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	Part.	N. Part.	
Opiniões									
Participação	18	23	28	22	18	25	27	33	20
Deixar									
É necessária	71	62	66	59	77	60	58	57	53
Inúteis	18	14	19	15	18	18	12	11	14
Partidos									
Prestam									
Serviços	82	73	78	72	82	74	82	83	68
Governo	29	19	28	16	15	16	21	23	12
Deve ser									
Eficiente	65	71	59	77	82	81	67	72	72
Voto									
Direto	71	66	66	59	56	53	49	55	55
Indireto	18	17	28	29	35	38	46	37	25
Capacidade	24	31	38	38	47	41	52	57	33
do povo									
para votar									
Sabe	77	59	56	56	50	51	39	39	54
Voto do									
Contra	35	37	38	44	50	44	46	45	44
Amalfabeto	65	56	63	51	50	53	49	49	41

OBS.: Não se considerou na tabela os casos daqueles que pertencem a associações mas não as frequentam (poucos casos) e das não respondidas às opiniões e ao pertencimento a associações.

são inúteis; em alguns casos, o aumento da proporção de respostas menos críticas não significa diminuição da proporção de respostas críticas (é resultado da diminuição das respostas "não sei" e das "não respostas" entre os que freqüentam, em oposição aos que não pertencem a associações).

A posição crítica, quanto a estas questões, só aumenta em Presidente Prudente com a freqüência a associações profissionais ou sindicais das camadas de renda familiar alta. Estas, sim, quando participam se posicionam mais a favor do voto direto e acreditam mais na capacidade do povo para votar; somente quanto à utilidade dos partidos não há variação nas proporções de respostas nesse grupo de renda familiar.

Em Juiz de Fora ocorre quase exatamente o contrário, quanto a estes mesmos itens. As variações nas proporções são sistematicamente menores do que em Presidente Prudente, mas mostram tendências claras; quando há participação em associações profissionais ou sindicais, as camadas de renda familiar baixa de Juiz de Fora tendem a ser favoráveis ao voto direto; acreditam, em proporção maior do que os que não pertencem a associações, que o povo sabe votar e que os partidos prestam serviços. Neste último caso, há aumento também da proporção dos que acreditam que os partidos são inúteis, mas a variação maior é na proporção dos que afirmam o contrário. Já no caso das camadas de renda familiar alta em Juiz de Fora, há, com a participação, ainda menor variação nas proporções das respostas. Esta variação só aparece num caso: os que freqüentam são mais a favor do voto indireto que os que não pertencem a associações.

Nos itens que acabamos de analisar, o contraste entre Presidente Prudente e Juiz de Fora é marcante. A participação tem efeitos contrários: em Presidente Prudente, intensifica as posições pró-sistema, em Juiz de Fora, faz aumentar as opiniões anti-sistema.

No caso da questão da participação dos militares no governo, a maioria dos entrevistados dos dois municípios é mais favorável ao "status quo": acha que a permanência dos militares no governo é necessária. Quando acrescentamos a variável participação, verificamos que os que freqüentam associação profissional ou sindical afirmam em proporção maior que os militares ainda são necessários no governo, diferentemente dos que não pertencem a associações. Só que em Presidente Prudente esta diferença é muito maior que em Juiz de Fora.

Outra questão em que a variação é bastante interessante é a que se refere à importância de o governo ser eleito ou ser eficiente. A grande maioria dos eleitores dos dois municípios acredita ser mais importante um governo eficiente. Mas quando se

analisam as diferenças entre os que participam de associações profissionais ou sindicais e os que não pertencem a estas, percebemos diferenças marcantes entre os dois municípios. Em Presidente Prudente as camadas de menor renda familiar, quando participam, acreditam mais ainda na importância da eficiência do governo, enquanto que em Juiz de Fora estas mesmas camadas afirmam em maior proporção a importância de o governo ser eleito e enfatizam menos a importância de sua eficiência.

O único item que, em Presidente Prudente, varia de forma diferente com a participação é o que se refere ao voto do analfabeto. Neste caso, a grande maioria do eleitorado entrevistado, nos dois municípios, é a favor do direito de voto para o analfabeto. Mas em Presidente Prudente a freqüência a associações profissionais ou sindicais dos setores de renda familiar baixa implica aumento das proporções de entrevistados que afirmam que os analfabetos devem ter direito de voto e a diminuição das proporções dos que afirmam que se deve manter a situação atual; ao contrário do que ocorre nos outros itens, neste caso, estes setores são mais favoráveis à transformação do "status quo". Veja-se bem que é neste setor de renda baixa que a participação provoca modificação nas proporções; nas outras camadas praticamente não há diferença. Em Juiz de Fora ocorre o mesmo, mas as diferenças percentuais são bem menores e, no geral, as camadas de renda familiar baixa reivindicam um pouco menos do que em Presidente Prudente o direito do voto do analfabeto, isto é, o direito de voto para muitos de si mesmos.

Os dados reforçam, na maioria dos casos, a importância da participação na formação de opiniões diversas. A partir deles pode-se inferir que a participação social e política influi nas intenções de voto e nas preferências partidárias do eleitorado, criando opiniões mais ou menos favoráveis ao sistema. Só que de forma diferente nos dois municípios.

Em Juiz de Fora, as análises anteriores destes mesmos dados mostram, em geral, pouca relação entre as preferências partidárias e as opiniões dos entrevistados de baixas posições sociais sobre questões diversas. Com exceção do caso já mencionado do atendimento médico, esta relação só ocorre nos níveis altos de renda familiar. Mas quando se acrescenta a participação na análise dos dados, observa-se uma tendência que não pode ser desprezada. Embora as diferenças percentuais não sejam tão grandes, a participação em associações profissionais ou sindicais neste município significa mais opicionismo e também mais opiniões desfavoráveis ao sistema entre os setores de renda familiar baixa: o inconformismo maior das camadas populares tem algo a ver com seu posicionamento crítico em relação ao sistema. Há exceções, sim,

como no caso da opinião sobre a necessidade da participação dos militares no governo, em que estes setores expressam opinião que deve ser considerada como de apoio ao sistema vigente; isto demonstra que existem, sem dúvida, limites para a estruturação ideológica complexa, mesmo daqueles setores que participam de associações profissionais ou sindicais, em contextos como os de Juiz de Fora.

Mas os dados indicam claramente que as possíveis objeções citadas atrás não procedem, pelo menos no que diz respeito a Juiz de Fora: o voto opositorista dos setores de baixa posição social não pode ser interpretado simplesmente como expressão de um sentimento vago de oposição ao regime, como um voto incoerente ou não relacionado com opiniões assumidas pelos eleitores a respeito da atuação dos partidos, das questões políticas em debate, do regime em geral. Ele certamente expressa, pelo menos entre os que participam de associações, um posicionamento crítico em relação ao regime, uma consciência mais coerente e elaborada dos próprios interesses.

O mais importante, no entanto, é o contraste marcante com Presidente Prudente. É neste município que a participação em associações profissionais ou sindicais faz diferença na distribuição das opiniões políticas e das avaliações das camadas sociais distintas: intensificando, na maioria dos casos, as opiniões pró-sistema das camadas de renda familiar baixa e anti-sistema de uma minoria entre os de renda familiar alta.

De fato, em Presidente Prudente é somente nos setores de maior renda familiar que a participação em associações profissionais ou sindicais provoca algum aumento nas proporções de opiniões e avaliações críticas em relação ao sistema, na maioria dos itens aqui analisados. Este dado demonstra claramente a existência daquele setor enfatizado reiteradas vezes: um grupo restrito de oposição mais ideológica ao sistema, de renda alta, possivelmente composto de intelectuais e profissionais liberais, que votou no MDB, embora tenha se colocado, em parte, como independente em termos partidários. Tudo indica que este grupo constitui o centro mais importante do voto opositorista de Presidente Prudente, onde o MDB não conseguiu mobilizar os setores populares. Deve-se notar, no entanto, que este grupo, foco da maioria das opiniões críticas de Presidente Prudente, pouco consegue difundir suas opiniões; surge como um grupo separado, participativo, sim, mas fechado e distinto mesmo dos outros indivíduos dentro do próprio grupo de renda familiar, onde, aliás, é minoria.

Quanto aos setores de posição econômica baixa de Presidente Prudente, pode-se afirmar com mais segurança que a participação em associações se relaciona com um conformismo político maior,

justamente pela difusão, possível através desta participação, de opiniões e avaliações favoráveis ao sistema. Aqueles que participam, não só passam a ter opiniões favoráveis ao sistema, ou menos críticas, como escolhem mais a ARENA; através da participação, cria-se em Presidente Prudente a oportunidade de manipulação dos setores populares pelos interesses sociais dominantes; eles são ainda mais submetidos às opiniões majoritariamente conservadoras dos grupos de posição social alta do município.

Mesmo no caso em que a maioria dos entrevistados de renda familiar baixa de Presidente Prudente expressa opiniões que podem ser interpretadas como de insatisfação com o sistema vigente, como é o caso do voto direto, entre os que participam esta opinião não se intensifica.

Há um único caso em que a interpretação dos dados poderia levar a conclusões diferentes em Presidente Prudente: a opinião a respeito a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos. Como foi dito, os setores de baixa renda que participam de associação profissional ou sindical são mais ainda a favor deste direito, embora não acreditem, em proporção maior, na capacidade do povo para votar. Este fato, que demonstra a importância atribuída à participação, poderia reforçar outra linha de interpretação acima indicada para a compreensão do situacionismo do voto em Presidente Prudente: o conformismo neste município, expresso pela escolha do partido da situação, pode ter algo a ver com a percepção clara, pelos setores marginalizados, de sua falta de alternativa, de sua dependência; pode significar a solução individual da troca de seu voto por algum favor. Mas este é um caso isolado. Na maioria das vezes aqueles setores expressam satisfação maior com o regime e com a atuação do partido do governo. Muito poucas opiniões e avaliações anti-sistema surgem neste município.

Em Presidente Prudente, o conformismo do voto não é somente resultado da percepção da falta de alternativa. A manutenção do conformismo dos setores populares passa pela criação de opiniões e avaliações favoráveis ao sistema; tem a ver, portanto, com a difusão dos valores dominantes, que é possível também através da ampliação da participação social e política destes setores. Os dados indicam que o voto situacionista se relaciona, sim, com uma consciência pouco crítica e uma percepção pouco coerente dos próprios interesses, como distintos dos interesses dominantes.

III — Conclusões

Que conclusões podem ser tiradas destes dados?

É preciso não esquecer que os dados aqui analisados se referem a uma pesquisa eleitoral, num pleito municipal, feita em cidades

consideradas de porte médio, do interior de Estados considerados dos mais desenvolvidos do país. Até que ponto as análises aqui feitas podem ser generalizadas para outras situações é um problema. Provavelmente elas seriam enriquecidas se tivéssemos também dados sobre mesmas relações em contextos diferentes, especialmente o das grandes cidades e capitais. No entanto, acredito que podemos tirar algumas conclusões mais gerais, pelo menos em termos daquilo que se deve levar em conta nas análises do comportamento político a ser esperado especialmente dos setores populares.

Fica claro que o comportamento político oposicionista ou inconformista e a consciência crítica em relação ao "status quo" só podem ser explicados dentro de uma lógica no mínimo um pouco mais complexa do que aquela que leva em conta somente uma situação sócio-econômica dada. A situação de vida dos setores populares tem que ser matizada por uma série de circunstâncias específicas, como as que dizem respeito ao contexto social, se se quer entender seu comportamento político e a forma de sua consciência. A consciência dos próprios interesses e o comportamento coerente com estes não podem ser analisados como resultado direto e automático de uma certa posição na sociedade. São construídos a partir de uma experiência cotidiana que varia muito, mesmo quando se tem em conta somente os setores populares.

Existem fatores, como as experiências de participação social e política, que facilitam o processo de tomada de consciência, mas que também não determinam seu resultado. Análises como as citadas no início deste trabalho, cujos resultados foram reproduzidos por Lipset em seu livro *O Homem Político*, não se sustentam pelos dados da pesquisa e parecem simplificadas: não se pode afirmar que a participação sindical faz aumentar sempre o inconformismo político ou a consciência das camadas de posição mais baixa na estrutura da sociedade. A participação em associações sindicais ou profissionais, como se viu, não garante em toda e qualquer situação o surgimento de um comportamento eleitoral de oposição e de concepções críticas em relação ao sistema.

A participação social e política, pelo menos na forma como se analisou aqui, pode ter efeitos contraditórios: pode funcionar como uma oportunidade para a intensificação do comportamento oposicionista ou inconformista e para a formação de consciência crítica nestes setores, mas pode também contribuir para a manutenção e a intensificação do situacionismo, do conformismo e do conservadorismo de seu comportamento político e de suas concepções.

Isto depende, ao que tudo indica, do grau de autonomia que tais setores possam ter em relação aos interesses socialmente dominantes. E esta autonomia varia em situações estruturais diferentes. Os dados de Juiz de Fora e de Presidente Prudente são expressivos a respeito.

Em Juiz de Fora, pelas condições mais urbanas e industrializadas e pela própria tradição de luta dos setores populares, há provavelmente melhores condições para que a participação social e política destes setores seja mais autônoma em relação aos setores socialmente dominantes. Há aí, como os dados demonstram, condições para a formação e a difusão de uma consciência crítica entre os setores populares e para o surgimento de um comportamento político inconformista.

Já em Presidente Prudente isto não ocorre. Aí, em função das características do município, menos industrializado, existem menores possibilidades de que a participação social e política dos setores populares sejam autônomas em relação aos interesses socialmente dominantes. O maior controle de cima para baixo da participação dos setores populares implica que se criam condições, através desta mesma participação, para a maior submissão aos valores dominantes e para o comportamento político conformista, eleitoralmente situacionista.

Assim, quando os setores de posição sócio-econômica baixa vivem em situações em que têm possibilidades de participação autônoma, oportunidades para formarem associações, estas funcionarão, mais provavelmente, como mecanismos de difusão de valores e concepções críticas, e criarão mais condições ao surgimento de um comportamento eleitoral de oposição. Já quando vivem em situação que implica poucas possibilidades de participação e de organização, com alternativas de vida restritas, se surge alguma associação, esta terá menos possibilidades de ser autônoma e provavelmente funcionará como difusora dos interesses dominantes; com mais facilidade estas associações serão controladas, quando não mesmo criadas, de cima (o que a experiência brasileira nos mostrou muitas vezes).

O fato é que associações e outras formas de organização funcionam também como mecanismos de difusão de ideologia. Se difundem e ajudam a manter a ideologia dominante ou se, ao contrário difundem e ajudam a criar uma ideologia coerente com a situação de vida dos setores populares, é uma questão que tem que ser estudada e trabalhada concretamente. Em situações diferentes, como as dos municípios que foram aqui analisados, as conseqüências da participação em associações podem ser, como os dados mostram, inteiramente contrastantes.